

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	3.857	1.969
Provisão para Pagamentos a Efetuar	5.133	4.874
Plano de Benefício de Aposentadoria (Nota 3.i e 22.a)	-	3.243
Valores a Pagar a Fornecedores	70	37
Outras	1.207	1.138
Total	10.267	11.261
Circulante	6.867	7.570
Longo Prazo	3.400	3.691

13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)	226.917	278.376
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)	3.857	1.969
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	3.857	1.969
Total	230.774	280.345

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	278.376	1.698	271	258.588	7.812	-
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾ (69.153)	845	1.222	5.290	334	265	6
Atualização Monetária	17.709	222	116	14.505	266	6
Baixas por Pagamentos	(15)	(459)	(58)	(7)	(6.714)	-
Saldo Final	226.917	2.306	1.551	278.376	1.698	271
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	64.060	688	68	53.169	410	1.378

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$20.349 (31/12/2014 - R\$18.684): a Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$46.571 (31/12/2014 - R\$39.688): a Santander CCVM ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

ISS - Instituições Financeiras - R\$6.448 (31/12/2014 - R\$10.157): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Deutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$66.232 (31/12/2014 - R\$63.255): pleiteia a deutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

Plano Verão IRPJ/CSLL - R\$0 (31/12/2014 - R\$63.730): ação judicial relativa aos impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

Desmutualização de Ações - R\$60.330 (31/12/2014 - R\$68.532): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações de caráter indenizatório e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo e doenças ocupacionais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$194.015 (31/12/2014 - R\$242.222) e o principal processo é:

PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o artigo 3, §2º, inciso IV da Lei 9.718/1998. O valor envolvido atualizado é de R\$71.435 (31/12/2014 - R\$59.406).

Compensação Não Homologada - Diversas cobranças Administrativas e Judiciais por parte da Fazenda Nacional, em relação a tributos compensados eletronicamente com créditos decorrentes de Saldo Negativo e pagamento a maior ou indevido. Na visão do Fisco, existem inconsistências contábeis e também nas obrigações acessórias que impossibilitam a verificação do crédito. Os casos estão sendo discutidos no âmbito administrativo e também no âmbito judicial. O valor envolvido atualizado é de R\$21.958 (31/12/2014 - R\$20.822).

IRPJ - Auto de Infração - Incentivos Fiscais - Auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ recolhido a menor, tendo em vista a destinação de parte do imposto para projetos em Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia - FINOR/FINAM. Alega a Fiscalização que a empresa não fazia jus a tal abatimento por suposto descumprimento dos requisitos contidos no Decreto-Lei nº 1.376/74. Após decisão desfavorável em segunda instância houve interposição de Recurso Voluntário que aguarda expedição de acórdão. O valor envolvido atualizado é de R\$27.643 (31/12/2014 - R\$26.214).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Em 31 de dezembro de 2015, refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$12.127 (31/12/2014 - R\$11.676), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 11) de responsabilidade de ex-controladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país.

Em AGE de 10 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Santander CCVM no montante total de R\$100.302, sendo R\$100.301 a ser integralizado pelo acionista Banco Santander e R\$1 a ser integralizado pela acionista Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Leasing"), mediante a emissão de 7.715.539.459 novas ações, a serem emitidas pelo preço de emissão de R\$0,013000. Em decorrência do aumento, o capital social da Santander CCVM passou de R\$195.698 para R\$296.000 mediante a emissão de 7.715.539.459 novas ações, sendo 3.857.769.730 ações ordinárias e 3.857.769.729 ações preferenciais.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovada o destaque de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015, no montante bruto de R\$20.000 (R\$0,71085131 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,60422361 líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais). O pagamento foi efetuado em 17 de dezembro de 2015.

Em 30 de dezembro de 2014, foi aprovada o destaque e o pagamento de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de abril a dezembro de 2014, no montante bruto de R\$12.680 (R\$0,4506786 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,383076, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 31 de março de 2014, foi aprovada o destaque e o pagamento de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a março de 2014, no montante bruto de R\$3.100 (R\$0,15181375 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,12904169, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2015, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em dezembro de 2015, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Benefícios de Longo Prazo

A Santander CCVM, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 22.b).

c) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.280 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social, bem como participação acionária indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

d) Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentação outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Disponibilidades	1.489	1.321	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	84.254	94.505	13.217	10.454
Rendas a Receber ⁽²⁾	216	58	1.248	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽³⁾ (Nota 17)	-	-	(80.935)	(69.791)
Despesas com Doações	-	-	(360)	(706)

⁽¹⁾ Refere-se às aplicações com vencimento até 3 meses.

⁽²⁾ Refere-se à rendas a receber do Banco Santander, S.A. - Espanha (Banco Santander Espanha).

⁽³⁾ Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander.

16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, basicamente, a receitas de prestação de serviços de corretagens de operações em Bolsas e comissões de colocação de títulos.

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 15.d)	80.935	69.791
Comunicações	14.347	10.331
Serviços Técnicos Especializados	5.312	522
Doações	1.358	803
Outras	2.087	3.802
Total	104.039	85.249

18. Despesas Tributárias

Referem-se, principalmente, a despesas com Cofins, ISS e PIS.

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Recuperação de Impostos	-	12.679
Atualização de Depósitos Judiciais	10.203	8.132
Reversão de Provisões Operacionais	-	-
Fiscais ⁽¹⁾	78.786	-
Cíveis	1.481	-
Outras	-	2.468
Atualização de Impostos a Compensar ⁽²⁾	18.611	1.651
Varição Monetária Alívia	25	18
Outras	1.553	1.730
Total	110.659	26.678

⁽¹⁾ Refere-se, substancialmente, a reversão de provisão operacional fiscal relativa ao processo Plano Verão (Nota 13.d).

⁽²⁾ Em 2015 refere-se, substancialmente, a atualização monetária devido ao transito em julgado no primeiro semestre de 2015, com decisão favorável relativo a CSLL do período de 1990, onde se discutia a inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de 10% para 15%.

20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Provisões Operacionais	-	-
Fiscais	21.705	12.029
Trabalhistas (Nota 13.c)	1.069	600
Cíveis (Nota 13.c)	2.819	271
Outras Provisões Operacionais	119	93
Comissões	12.704	10.943
Atualização de Impostos	169	291
Outras	717	978
Total	39.302	25.205

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	134.046	81.641
Participações no Lucro	(126)	(761)
Juros sobre o Capital Próprio	(20.000)	(15.780)
Resultado antes dos Impostos	113.920	65.100
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(51.264)	(26.040)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	3.914	2.888
Demais Ajustes, CSLL 5%	10.382	-
Demais Ajustes	4.658	681
Imposto de Renda e Contribuição Social	(32.310)	(22.471)

22. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander CCVM patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de

contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II, Banesprev planos I, II e III e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

É uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Auração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/12/2015		
	Banesprev	Sanprev	Cabesp
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(105.819)	(38)	(27.435)
Valor Justo dos Ativos do Plano	135.377	56	28.035
Sendo:			
Superávit	29.558	18	600
Déficit	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	29.558	18	600
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de dezembro de 2015	(2)	(2)	(254)
Contribuições Efetuadas	-	-	